

CHINA – BRASIL: A BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE EMPRESARIAL BILATERAL

Jean-Claude E. Silberfeld¹

Resumo: O objetivo deste artigo é o de analisar as relações sino-brasileiras desde uma perspectiva da comunidade de negócios. Mesmo apresentando laços históricos que remontam ao período colonial, apenas nos últimos 15 anos podemos verificar a intensificação das relações comerciais, o maior fluxo de missões comerciais e ainda a intensificação do fluxo migratório chinês para o Brasil. O autor possui uma posição privilegiada neste relacionamento uma vez que atua em importante entidade empresarial do Brasil, a FECOMERCIO-SP.

Palavras-Chave: Brasil; República Popular da China; intercâmbio comercial; missões comerciais.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the Sino-Brazilian relations from the perspective of the business community. Even with historical ties dating back to the colonial period, only the last 15 years we can see the intensification of trade, the increased flow of trade missions and even the intensification of Chinese migration to Brazil. The author has a privileged position in this relationship as it operates in important business entity in Brazil, FECOMERCIO-SP.

¹ Mestre em História do Brasil - PUC - SP, especialista em relações internacionais, economista, professor universitário e conferencista em relações internacionais. Pesquisador, Grupo de Pesquisas do BRIC, UNESP – Campus Marília. Exerce, desde os anos 1990, funções de internacionalista na FECOMERCIO SP.

Keywords: Brazil; China Popular Republic; trade; trade missions.

Resumen: El propósito de este artículo es analizar las relaciones chino-brasileñas desde la perspectiva de la comunidad de negocios. Aún con los lazos históricos que datan de la época colonial, sólo los últimos 15 años podemos ver la intensificación del comercio, el aumento del flujo de misiones comerciales e incluso la intensificación de la migración china a Brasil. El autor tiene una posición privilegiada en esta relación, ya que opera en una importante entidad de empresarial en Brasil, la FECOMERCIO-SP.

Palabras clave: Brasil; China, República Popular; comercio; misiones comerciales.

1 Primórdios

As trocas comerciais entre o Brasil e China começaram a 500 anos, na esteira do processo de expansão ultramarino Português. A rota Portugal - Índia - China - Japão obrigatoriamente passava pelas costas brasileiras para a aguada, a fuga da falta de ventos de parte da costa africana. Está rota possibilitou a troca de produtos silvestres, manufaturas e costumes. Na especificidade China - Brasil o ponto de contato foi e continua a ser, como veremos no transcurso deste texto, Macau.

O confronto com universos mentais e temporais diferentes - bem detalhado na obra de Jonathan SPENCE (1987) "O Palácio da Memória de Matteo Ricci" - não foi fator impeditivo para o intercâmbio de produtos e costumes entre China e Brasil. Todavia ainda há dificuldades de percepção dos processos de negociação decorrentes da alteralidade, na contextualização clássica de Emmanuel LEVINAS. Com a maior inserção de costumes ocidentais na R P China no último quarto de século há nos meios urbanos mais expostos ao intercâmbio com empresários e cidadãos do ocidente, todavia no interior da China, onde o estrangeiro caucasiano, logo europeu, é raridade, há maior desconhecimento das práticas de interação, gerando maiores constrangimentos quando empresários de lá e de cá são apresentados.

Não são, todavia, somente diferenças culturais. Existem também muitas similaridades entre os dois países. Temos em comum vasta extensão de território, sendo que o Brasil é totalmente agriculturável enquanto a China

tem 2/3 de seu território com pouca condição de exploração agrícola. Na proporção população x capacidade de produção alimentar, o Brasil naturalmente é superavitário, em especial graças a EMBRAPA que nos últimos 40 anos colaborou para a modernização das práticas e produtividade da agricultura brasileira.

O Brasil tem clima e condições de solo que a China não tem e uma maior concentração de população urbana (85%) vis-à-vis entorno de 50% na relação população rural – urbana que lá se observa. Isto reflete-se em mercado consumidor mais dinâmico e com melhor cobertura básica de educação, saúde, energia elétrica, comunicações e saneamento. Ademais o Brasil tem um histórico de divisão de Poderes que é mais que centenário, condizendo com tradições advindas da Colônia, do Império e das diferentes experiências da República.

Em termos de política externa brasileira cabe aqui destacar que na década de 1970 Itamaraty implementou a denominada *Política Externa Independente* (gestão do chanceler Azeredo da Silveira, Governo Geisel). Era um novo padrão de diplomacia que sem adotar os preceitos terceiro mundistas da Conferência de Jacarta, passa a investir numa política de aproximação com a África, iniciada pelo chanceler Mario Gibson Barbosa no governo Médici, em consonância com a nova configuração das Nações Unidas, com o ingresso sucessivo de novos Estados Membros, resultante do final do processo de descolonização em África, Ásia e no Caribe. Esta dinâmica teve reflexos significativos em direção a R P China, que a partir do início dos anos 1970 insere-se no Concerto das Nações, ocupando paulatinamente o papel de Taiwan com representante oficial do povo chinês, ocupando o lugar deste na ONU.

A China por contraponto ao Brasil, evoluiu de forma errática em termos institucionais nos últimos trezentos anos. De um Império fechado ao mundo, tecnologicamente avançado, regrediu em termos territoriais, institucionais e consequentes crises, com reflexos perversos na população, economia e relações internacionais. Tão somente recupera seu protagonismo externo a partir das últimas décadas do século XX. Este movimento iniciou-se ainda na esfera da Guerra Fria, com a guerra da Coreia, ações esporádicas na Ásia decorrente do movimento dos não alinhados, que deu origem ao conceito Terceiro Mundo, desvirtuado de imediato, dado que a concepção original era criar uma nova opção aos países que não optassem por se vincular aos dois blocos antagonísticos que surgiram em função do final da II GM no teatro

européu, a conseqüente Cortina de Ferro (figurativa e real) que perdurou até 1989.

Nos anos 1980, com nova liderança política o PCC admite e implementa a modificação da matriz econômica na lógica “que não importa a cor do gato, desde que liquide com os ratos”, dando condições ao Estado chinês de iniciar um processo consciente de inserção no concerto das Nações através de parâmetros claros que podem ser traduzidos por: centralismo político, economia de mercado, não ingerência em assuntos de terceiros países, garantir suprimentos de Matérias Primas e alimentos, diversificar produção e criar a infraestruturã necessária a interligação de todo território e constituição de corredores modais de comércio exterior, tanto no território continental da China, quanto em terceiras regiões como na África e partes da Ásia, em particular junto aos países lindeiros, externando *soft power* num horizonte temporal oriental, isto é, em ações de médio a longo prazo.

Nos primeiros anos do século XXI a R P China modifica alguns postulados de sua política externa, em particular no Mar da China, buscando ampliar seu *hard power* quer por razões de acesso aos recursos de matérias primas em águas oceânica quer por razões eminentemente de segurança de suas rotas de comércio exterior, da qual são e serão dependentes para exportar, importar e ampliar a exploração de recursos marítimos.

O Brasil em contraponto, por não ter situações com potencial de atrito de ordem geopolítica no seu entorno geográfico, prioriza no Concerto das Nações, a mais de século, o *soft power*.

Os mercados internos do Brasil e China são diversos em termos de padrões de consumo, renda e crédito. O Brasil com uma cultura de matriz europeia – mediterrânea é homogêneo e inserido na dinâmica do capitalismo. A China com diferentes etnias e culturas autóctones, busca inserir, nas últimas três décadas, significativas parcelas de sua população em novos padrões de consumo, prioritariamente direcionados às populações urbanas; todavia sem a lógica de uma economia de mercado sustentada no crédito. Os chineses precisam de poupança pessoal, inclusive para gastos de saúde, velhice etc, enquanto no Brasil há programas governamentais, em especial pós a Constituição de 1988, que arcam com diversas despesas com recursos públicos.

2 As relações empresarias bilaterais Brasil - China

Nos últimos 40 anos a descoberta empresarial é recíproca e vigorosa. A afirmação “Como vemos e como somos percebidos” passa a ser uma prática de cada recepção e de cada delegação que pela primeira vez adentra ao novo ambiente sociocultural.

Da parte brasileira o contato com novos cidadãos da China foi facilitada dado termos historicamente, com raras interrupções temporais, por séculos, trocas de produtos e conhecimentos. Estas deram-se majoritariamente por Macau e a foz do Rio das Pérolas na região de Cantão.

Ainda no início do século XIX registra-se a presença de plantadores de chá que é bem documentada já no Reino do Brasil. No período do Império do Brasil formalizam-se as relações diplomáticas mas não se incentiva a vinda de trabalhadores ao contrário de que se registrou em outros países das Américas, como Estados Unidos e México. Era um momento conturbado na história chinês e a política emigratória brasileira fora delineada por povoamento familiar e não na importação temporária de mão de obra masculina.

Apesar de não haver incentivo a emigração do território chinês registra-se a vinda de empreendedores chineses desde o início do século XX. Não é emigração de massa, mas facilita a rápida adaptação das sucessivas famílias que vieram aportar ao Brasil no transcurso do século XX e XXI, em diversos trajetos e contextos históricos. Estes percussores em muito facilitaram a integração de negócios bilaterais, pois foram os interpretes, os organizadores das viagens e das agendas das delegações públicas e privadas que passaram a visitar o Brasil.

Em 1972, antes da pública adoção do Pragmatismo Diplomático conduzida pelo chanceler Azeredo da Silveira no Governo Geisel, quando o Brasil ainda reconhecia Taiwan com representante legítimo da China, a Companhia Vale do Rio Doce efetivou sua primeira venda direta.

Das visitas das delegações oficiais pós reconhecimento recíproco em 16 de agosto de 1974 às primeiras negociações entre a China e as empresas privadas brasileiras houve um longo percurso até serem autorizadas as visitas de delegações oficiais e empresariais chinesas a São Paulo, Manaus, Foz de Iguaçu e Rio de Janeiro. Percurso tradicional dos grupos oriundos da R P China por mais de décadas!

A curiosidade externada na recepção das primeiras delegações oficiais provenientes de diferentes provinciais, autorizadas a vir ao Brasil a partir de meados de 1990, o choque de descobertas recíprocas, o interesse dos chineses em conhecer, fotografar, pouca estrutura receptiva, de intérpretes e carência de conhecimentos dos hábitos de convívio e práticas sociais ocidentais, ao atual contexto de crescente conhecimento recíproco, há um universo de temas a explorar.

Após mais de vinte anos da liberação das viagens “particulares” entre os dois países observa-se mudança de conteúdos e objetivos de viagem. A partir 1974 quando do restabelecimento das relações diplomáticas plenas entre o Brasil e a RP China até meados dos anos 1990 as delegações chinesas que visitavam o Brasil tinham nítida e quase exclusiva modalidade de delegação e de programação oficial. A primeira delegação de cunho empresarial – oficial, que almejava encontrar-se com empresários daqui, recepcionada na Federação do Comércio do Estado de São Paulo - FECOMERCIO SP - em 1996, composta por empresas de médio e pequeno porte, na então definição chinesa, da província de Hubei, demandou tratativas a partir do representante desta província no Canada.

Durante mais de vinte anos, recepcionei e /ou convivi com delegações oriundas de todos os quadrantes da R P China. O que cabe destacar é que continua predominante o modelo delegação de âmbito oficial –empresarial, da cidade ou da província, por intermédio de uma agencia de viagem em parceria com uma das inúmeras câmaras de comercio Brasil- China que existem no Brasil desde 1986, quando a pioneira, lidera por Charles Tang foi constituída. Todavia na ótica oficial a R P China considerava e ainda considera como únicos interlocutores oficiais, mesmo no âmbito empresarial os setores comerciais dos consulados e da embaixada em Brasília. As câmaras chinesas, que existem em profusão por este País afora, representam as *guanxi* - as correntes de relacionamento que permeiam a sociedade chinesa, necessárias à concretização de negócios e demais atividades afeitas as práticas de convivência profissionais e sociais presentes na sociedade chinesa.

Nos primeiros anos deste convívio percebia-se claramente, em São Paulo, as limitações das comitivas em termos de liberdade de movimentos e composição de agendas individuais, como também a dificuldade de assimilação das normas de conduta ocidentais, quer nos eventos públicos quer em situações cotidianas: uso das instalações hoteleiras, restaurantes,

compras, etc. Nos primeiros anos de abertura às viagens ao Brasil era usual tomar ciência das experiências culturais das delegações, das novidades que incorporavam ao tomar contato com a experiência Brasil.

No aspecto cultural cabe notar que os quadros do governo da R P China que são alocados ao trabalho no exterior são preparados em termos de idioma e cultura antes da exposição propriamente dita, pelo que são, ao menos nos corpos consular e diplomático, distribuídos por grupos geográficos e linguísticos, isto é, quem opta por Castelhana ou Português irá ter sua carreira no exterior prioritariamente exercida na península Ibérica, América Latina e países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP na África.

A medida que ampliam-se as atividades empresariais das empresas chinesas no Brasil, observa-se mais em mais quadros de direção chineses com bom domínio do nosso idioma; alguns com sotaque português outros já com sotaque brasileiro (novelas da Globo tem lá seu mérito nesta internacionalização de português brasileiro).

O período de descobertas recíprocas possibilitou constituir o fluxo de empresários brasileiros em visita as feiras chinesas como a Canton Commoditeis Fair², com milhares de expositores, produtores de produtos exportáveis e já avalizados pelas organizações e agências do governo chinês. O lançamento oficial da C.C.Fair em São Paulo deu-se em setembro de 2000. Pouco se sabia, até então no universo empresarial paulista, sobre a dimensão da feira que há época foi assim apresentado:

O objetivo deste evento é divulgar junto ao meio empresarial brasileiro as possibilidades de participação no espaço expositor da cidade de Cantão que congrega mais de 4.000 expositores e 100.000 produtos. Essa feira recebeu 98.000 visitantes empresariais provenientes de 174 países e regiões, gerando um volume de negócios de mais de US\$ 14 bilhões” (texto convite elaborado pela FecomercioSP, agosto 2000)

Nos primeiros anos do crescente intercâmbio comercial bilateral as importações dos produtos chineses esteve em mãos de intermediários – TRADERS - que focavam preço e não qualidade. Com o desenvolvimento do mercado interno brasileiro as grandes redes varejistas passaram a importar diretamente produtos de marca, com qualidade, controles no chão de fábrica,

² <http://www.cantonfair.net>

e os certificados em conformidade com as normas brasileiras. Este movimento de certificação compulsória iniciou-se com os brinquedos e utilidades domésticas produzidos na China ainda nos anos 1990, em função de pressão dos fabricantes brasileiros de produtos congêneres, cerceando o ingresso de produtos com componentes ou acabamento impróprio para manuseio.

As grandes empresas da RP China investem no Brasil na ótica do Big business - Low profile – 2/3 bancos chineses e operação Novo Banco Brasil. Reflexo do processo de ‘integração’ econômica, troca de mercadorias, serviços, entre o Brasil e a R.P. China de ordem superior a US\$ 100 milhões diários em média.

As relações empresariais bilaterais tem dinâmicas diversas. São muito poucas as empresas brasileiras efetivamente operando na R P China. Registra-se alguma terceirização de produção, em especial para o abastecimento das cadeias varejistas. Há pouco esforço privado e relativo apoio do Estado brasileiro em promover a internacionalização de marcas de bens e serviços no mercado chinês. As poucas as marcas brasileiras como WEG, EMBRAER e churrascarias. As commodities produzidas ou oriundas do subsolo brasileiro são compradas e não vendidas. Na contrapartida faltam no mercado brasileiro os produtos desenvolvidos na RP China na fronteira do conhecimento – como foguetes e satélites, ou dos tradicionais – como as porcelanas.

As limitações a investimentos diretos, sem sócios locais no mercado chinês, são contrabalançadas pela limitação, de fato, ao acesso de largas extensões de terra agriculturável no Brasil (Valor Econômico, 2010).

Esta medida, que no discurso oficial, limita a extensão de área agriculturável possível de aquisição por não residente no Brasil, visa também impedir, *fait accompli*, de importação de mão de obra proveniente da China. Modelo adotado por alguns empreendimentos chineses em África que geraram descontentamento social em mais de um país. Esta situação o Estado brasileiro visa a impedir, dado o grau implícito de riscos sociais. Importar mão de obra em volume, ainda mais com pouca qualificação técnica é complicado, em especial por estes trabalhadores não vierem como grupo familiar.

Nos anos de 2010, percebe-se em São Paulo e em algumas outras metrópoles como Rio de Janeiro e Recife um adensamento de pequenos

empresários, decorrente de novas levas migratórias, num universo a ser explorado com pesquisas qualitativas e quantitativas, dado que não há informações sistematizadas de caráter técnico-analítico suficientes para gerar as inferências deste movimento que não é também exclusivo do Brasil. Na Argentina, por exemplo a trinta anos não havia imigração chinesa, lojas *chino*, *China Town* etc. Em Madrid no centro antigo há hoje, uma China Town, num espaço que a 25 anos não registrava nenhum chinês!

Em relação a mensuração da população brasileira originária da China obteve-se os seguintes dados (*O Estrangeiro*, 2013):

- Número de vistos permanentes emitidos em 2012 - China 893
- Número total de imigrantes permanentes no Brasil em 2012 – R P China 35 953

Estes dados censitários possibilitam algumas poucas inferências. Do total de estrangeiros residentes no Brasil em 2010 – população residente IBGE – 431.319, por volta de 8% são chineses. Não foi possível identificar o percentual de naturalizados, que tem por origem a R P China, no universo de 161.250 habitantes. Por outro lado temos dados, reiteradamente publicados na imprensa brasileira nos últimos anos, que sugerem uma contingente em torno de 200 mil membros, que muito possivelmente incluiu os descendentes das diferentes correntes migratórias que optaram por se estabelecer no Brasil nos últimos 70 anos, incluindo os imigrantes chineses que alcançaram o Brasil, com suas famílias, por intermédio de Macau, Hong-Kong e Taiwan, diretamente ou via Bolívia, Paraguai, Argentina, etc. Grupos que foram importantes na consolidação de uma comunidade de origem chinesa culturalmente adapta a participar da dinâmica Brasil dos anos 1950 em diante.

As pequenas empresas de detentores chineses estabelecidas nos últimos anos no Brasil continuam a ser um universo a explorar. Quem são? como vieram? Que tipo de visto? Quantas anistias de regularização de vistos de residência foram feitas? Na década de 1980 a emigração provinha majoritariamente de Taiwan, via Paraguai e posteriormente o Brasil. Estes aspectos podem gerar inúmeros estudos em profundidade, dado que se por um lado é perceptível em SP, nos primeiros anos do século XXI um incremento de pequenos negócios e de novas famílias provenientes da China, por outro faltam dados mais detalhados. O consulado geral da R P China em SP, de acordo, com diversas notícias, divulgadas, de tempos em tempos,

na imprensa paulistana, estima para o Brasil cerca de 200 mil chineses, todavia as próprias leis de nacionalidade chinesa tendem a diminuir este número, pois somente é chinês quem além de ter nascido na China tem antepassados nativos.

3 As próximas décadas: O que é possível?

Fatos: entre ambos os países além da distância geográfica, das naturais barreiras linguísticas e culturais há também convergências de sentidos. Brasil e China não rivalizam na maior parte dos mercados, temos economias complementares e ambos os Estados priorizam nos fóruns internacionais o *Soft Power*.

No concernente ao Brasil, os elementos com maior potencial de convergência bilateral estão relacionados aos aspectos e condicionantes inerentes à nova e incisiva inserção do Brasil no cenário internacional, dando mais respaldo aos elementos naturais desta presença, a saber: território, população, mercado e economia próprios de país continental no qual as trocas com o exterior são complementares às demandas e produção domésticas.

As trocas diplomáticas tendem a fluir com mais intensidade e convergência que as incursões no mundo dos negócios. Há espaços a incrementar, como a cooperação em economias incipientes que necessitam antes de tudo de conhecimentos em tecnologia, necessário ao melhor manejo de recursos naturais e implementação de redes básicas de infraestrutura que atendam tanto as populações nativas quanto os canais logísticos. A RP China neste aspecto tem ajudado e investido no revigoramento da infraestrutura ferroviária que foi construída na África no final do século XIX e primeira metade do século XX e quem em vários locais estava totalmente sucateada. Em pouco tempo as linhas voltaram a integrar o continente em todos os pontos cardeais, facilitando inclusive a melhor inserção de produtos brasileiros nas dezenas de mercados africanos.

No universo dos países de língua portuguesa, congregados na CPLP, há todavia potencial de atrito dado que em contraponto a organização oficial, com sede em Lisboa, as autoridades chinesas priorizam em Macau todo o esforço voltado para a comunidade lusófona, na ótica de diplomacia soft power em horizonte temporal de médio prazo buscando conquistar os corações e as mentes de governantes e populações.

A lógica de inversões e exploração de terceiros mercados é diversa. A China prioriza claramente um processo de inserção planejado e com forte conotação oficial em parceria com empresas chinesas que também fazem, em boa parte das vezes, de algum aparato de Estado, quer nacional, quer provincial. Na vertente brasileira a inserção é basicamente por empreendimentos pela lógica capitalista, isto é, empresas de grande ou médio porte investindo ou vendendo em terceiros mercados com pouca conexão com os interesses do Estado brasileiro, denotando que não há clara confluência de planejamento. Em muitas situações as empresas chegam a mercados novos antes que exista presença de representantes do Estado brasileiro.

No caso da África, somente nos primeiros anos do século XXI é que se reforça a presença de embaixadores permanentes nos principais países africanos. Esta realidade é consequência e reposta da crescente presença da diplomacia dos principais países: China, EUA, França, Reino Unido, Itália com forte parceria da União Europeia que inserem marcas, produtos e empresas para a crescente população urbana africana. A disputa por mercados é simultânea à inserção de novos atores – África hoje é o paradigma desta afirmação.

Nos últimos anos nas Américas, percebe-se crescente concorrência das manufaturas chinesas aos produtos brasileiros, que tinham nos mercados da ALADI quase 50% do destino de suas exportações. É um mercado com características próprias. As normas de concorrência, as relações patrões – empregados, as práticas empresarias no nosso espaço geográfico são norteadas por estruturas jurídicas orgânicas e Estados com burocracias afeitas a normas. Neste aspecto conceitual verifica-se uma unidade de propósitos, pautada pela boa relação entre os países lindeiros harmonia cultural decorrente da matriz ibérico – mediterrânea que difere da experiência das empresas chinesas em outros quadrantes.

No espaço geográfico que se estende do México à Terra do Fogo, percebe-se uma dinâmica de integração impulsionada pela busca do aprimoramento da infraestrutura interligação da América do Sul. A estrada Transandina - beneficia igualmente os países da região no concernente a escoamento de produção e em contrapartida melhor atenção às demandas das populações urbanas e a melhor comunicação com as comunidades até a pouco isoladas. Estes investimentos em infraestrutura modal e energética foi e é largamente executada com capital dos Estados e das agências internacionais de cooperação.

Os investimentos chineses em infraestrutura na América do Sul são direcionados a portos na costa do Pacífico. Na vertente Atlântica identifica-se, no Brasil, investimentos privados da China Grid nas linhas de transmissão de energia elétrica em longas distâncias – tecnologia que a R P China bem desenvolveu no seu esforço de modernização dos últimos 30 anos e que hoje é referência. No início da década de 2010 houve um conjunto de promessas de investimentos chineses na esfera oficial tanto no Brasil quanto na Argentina. Este tema exige acompanhamento de decênio para avaliação pertinente.

Na ótica das operações logísticas de grande magnitude, normalmente voltadas para commodities agrícolas e de matérias-primas, e para abastecimento de mercados consolidados em bens industrializados verificou-se, nas duas últimas décadas, a busca de investimentos – públicos, privados e multilaterais - para obras que efetivem ligações intermodais intercontinentais como: Santos – Callao (Peru) e Manta (Equador) – Manaus, a hidrovía Paraná – Paraguai - Uruguai. Estas obras e planos podem ser considerados como complementares aos canais transoceânicos da América Central: o remodelado Canal do Panamá e o planejado, com engenharia e capital chinês, na Nicarágua.

Na esfera das relações China – Brasil não há até o presente uma clara definição de regulamentação de circulação dos respectivos cidadãos. Ambos países exigem, por reciprocidade a emissão de vistos. A relação do conjunto acordos bilaterais, desde 1909, é disponibilizada no site do Conselho Empresarial Brasil – China (2016).

A questão do trânsito interno de cidadãos chineses no espaço Sul Americano defronta-se com o fato do Brasil ter fronteiras terrestres ou fluviais, de fácil a moderado acesso com os países limítrofes. Nem todos com as mesmas normas e controles. Esta situação demandará cada vez mais atenção, pois há de se conciliar circulação de cidadãos de terceiros países, no caso chineses envolvidos em projetos empresariais multinacionais, com a política migratória infra América do Sul, parte do processo de integração continental.

Outro tópico bilateral que demandará detalhamento bilateral é relacionado com interesses empresariais de oferta, logística, modais que confrontam estruturas corporativas diversas é pertinente a temas sensíveis à população brasileira e aos postulados constitucionais vigentes no que

tange aos temas relacionados com investimentos externos em ativos estratégicos: terras agriculturáveis, corredores logísticos fluviais, etc.

Estas questões tem relação direta com as percepções diversas do *tempo diplomático* e *tempo dos negócios*. Parafraseando o Chanceler e professor Celso Lafer: “A circunstancia do Brasil é a América do Sul”; logo a diplomacia brasileira continuamente atua para promover o harmônico convívio lindeiro e no possível apoiar o desenvolvimento das relações empresariais, que progridem ou regridem em função da conjuntura.

4 Conclusões

No âmbito das relações de mercado veremos em questão de anos, uma maior presença das principais marcas internacionais chinesas no Brasil. Está oferta e exposição, muito possivelmente, será paulatina e sóbria – sem alarde - priorizando a fixação de marcas mais do que a origem. Somente com marcas já consolidadas como referencias em qualidade, design, e assistência pós venda é que dar-se-á maior destaque a origem: orgulhosamente desenvolvido na R P China. Em termos de obras de infraestrutura, como citado acima, já existem paradigmas de qualidade e inovação. Falta conquistar os corações e mentes dos consumidores brasileiros nas opções de aquisição na rotina do dia-a-dia.

Mesmo após mais de 40 anos de relações diplomáticas plenas, a R. P. China ainda atrai a curiosidade dos empresários brasileiros; porém, poucas são as empresas brasileiras que lá produzem. Persistem os entraves a uma maior exposição de marcas, produtos e serviços brasileiros. A visita de brasileiros é perene: turismo, feiras de negócios, raros, de fato, prospectam oportunidades empresariais e poucos estudam nas universidades chinesas e menos ainda dominam o idioma. Em contrapartida o Brasil é percebido na R P China como um exemplo a seguir em várias áreas de conhecimento, o que explica os vários centros de pesquisa Brasil nas universidades e institutos de pesquisa em diferentes partes da China com orçamentos e metas.

Os aspectos das práticas culturais continuam a ser um entrave a desvencilhar. No universo dos negócios confrontam-se lógicas diversas: os empresários brasileiros são associados a práticas imediatistas e as contrapartes chinesas a buscarem horizontes temporais longos para decisões

de investimentos, mas ao mesmo tempo, se possível vendem logo o que é ou pode ser produzido por empresas chinesas nas diferentes partes da Ásia. Esta dicotomia de práticas, também é observada nos meios de comunicação brasileiros na ótica que investimento da R. P. China no Brasil é pouco vis-à-vis ao anunciado e carrega a conotação de vínculo público.

As parcerias estratégicas são mais perceptíveis no âmbito da relação oficial do que no âmbito empresarial. O crescente intercâmbio bilateral leva a questão de como cada país “almeja’ ser visto pela contraparte.

O Brasil tem o que ensinar e o que aprender na troca recíproca, cabendo destacar os sistemas de previdência públicos e complementares, privados, a saúde universalizada. Somos sociedades culturalmente dispares, mas dada as características da composição étnica brasileira, aptos a ensinar a convivência.

Ambas economias são atores globais com lógicas próprias. Produtos e serviços brasileiros tem distribuição equitativa entre os continentes e com os 30 principais atores do comércio internacional. A China tem seus produtos em mais países dada sua agressiva política de promoção comercial, demandas de matérias-primas e alimentos e razões geopolíticas que se acentuam nos últimos anos.

Ambos os países tem desafios iguais em termos de melhor atendimento das demandas de bens e serviços de suas respectivas populações. Culturalmente o elemento meritocracia é hoje mais preponderante na China, fruto de um propósito de Estado de externar Poder em consonância com sua população, estrutura econômica e necessidades de abastecimento contínuas.

Em função da maior inserção da R P China no concerto das Nações, a maior presença de significativos contingentes de cidadãos nacionais em regiões para além das fronteiras geográficas e culturais, observa-se o desenvolvimento de um poder militar necessário a proteção e dissuasão. A China, a poucos anos, por ocasião do tsunami de 2007, não tinha os meios navais que a Índia dispunha. Hoje a realidade já é diversa com o surgimento de uma Esquadra apta a atuar para além do mar territorial, expandindo ações no Mar da China e no estreito de Malaca, por onde passa a quase totalidade do comércio exterior chinês. Nesta vertente as demandas brasileiras são menores, sem todavia minimizar as necessidades de constante aprimoramento dos meios necessários a defesa dos interesses do Brasil.

A R.P. China e o Brasil tem nos últimos 40 anos trilhado na instancia governamental um portfólio de iniciativas com pouco atrito bilateral. Situações pontuais ocorrerem na lógica de competição ou de conquista de posições empresariais. Pouco são os impedimentos ou discordâncias em questões conceituais no âmbito das relações internacionais multilaterais. Meio ambiente, direito marítimo, marcas e patentes são campos onde surgem possibilidades de inflexões temporárias, mas que em nada alteram a essência do desenvolvimento contínuo de maior integração e complementariedade econômica e tecnologias brasileira.

Na avaliação de potencial de conflito de interesses entre o Brasil e China o foco a médio prazo, poderá acontecer no Atlântico Sul. A exploração pesqueira por navios chineses na área marítima de exploração exclusiva – Amazônia Azul e o desenvolvimento da exploração de recursos naturais no Golfo da Guiné são temas a acompanhar. São Tomé e Príncipe foi último país da CPLP no qual o Brasil abriu embaixada para contrapor-se ao esforço chinês neste pequeno território, promissor produtor de petróleo. Em um horizonte de consumo de combustíveis fosseis crescente, com melhor manejo dos fatores poluidores as empresas chinesas buscarão novas reservas de exploração em águas profundas. O que nos próximos anos será observado na região de confluência da China, Vietnã, Filipinas, Indonésia pode vir a ocorrer na área limítrofe a Amazônia Azul.

Na ótica do tempo diplomático as relações bilaterais tendem a progredir na mesma lógica que se observou nos últimos 40 anos - buscando convergências onde é possível, a exemplo dos acordos multilaterais, e dirimindo situações com potencial de atrito sempre que possível.

Na ótica do tempo dos negócios as relações entre empresas há um caminho a trilhar. As grandes empresas de ambos os países já conhecem e se adequam aos usos e costumes. As médias e pequenas empresas ainda não fazem parte do cenário bilateral. As iniciativas de empreender de chineses no Brasil – que aqui vieram com suas famílias - não tem ainda contrapartida.

Referências

Canton Fair. <http://www.cantonfair.net> - acesso 9 de abril de 2016

Conselho Empresarial Brasil-China. <http://www.cebc.org.br/pt-br/dados-e-estatisticas/acordos-bilaterais> - acesso em 26 de abril de 2016

Leituras da História. <http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/17/imprime125466.asp> - acesso 8 de abril de 2016

O Estrangeiro. <https://oestrangeiro.org/2013/05/22/exclusivo-os-numericos-exatos-e-atualizados-de-estrangeiros-no-brasil-2/> - acesso 8 de abril 2016

SILBERFELD, Jean-Claude E. (2011). Uma visão empresarial do desenvolvimento das relações Brasil- R.P. China: 1996-2010. In: Luis Antonio Paulino ; Marcos Cordeiro Pires. (Org.). As relações China - América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades. São Paulo: LCTE Editora, 2011, v. , p. 419-432.

SILBERFELD, Jean-Claude E. (2013). Brasil-África: a ótica dos empresários brasileiros. CEBRI Artigos, v. 2, p. 01-24.

Sítios:

SPENCE, Jonathan (1987) “O Palácio da Memória de Matteo Ricci”, Cia das Letras.

The Atlantic Monthly, *China’s quiet takeover of Africa* – May 2010, pp 58-69

Valor Econômico (2010). Aquisição de áreas agriculturáveis, de lavra e lindeiras – 22/07/2010.